**OLHARES DO SUL GLOBAL PARA MULHERES MIGRANTES DO SUL GLOBAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS E ARTICULAÇÕES DECOLONIAIS**

**Grupo de Trabalho 4: Migrações, apatridia e refúgio**

**Palavras-chave: Migrações Internacionais, Feminização das Migrações, Colonialidade.**

O presente trabalho busca refletir sobre a seguinte pergunta-problema: como a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica contribui para o estudo das mulheres em situação migratória do Sul Global? Por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico, aponta-se as nuances do fenômeno da feminização das migrações e as contribuições iniciais da categoria analítica gênero nos estudos migratórios sobre as migrantes. Discute-se como a ferramenta analítica interseccionalidade contribui para tais estudos, principalmente em se tratando das imigrantes do Sul Global, defendendo que análises interseccionais devem se articular com perspectivas decoloniais. Como hipótese, indica-se que por serem as migrantes do Sul Global são vítimas da colonialidade do poder e de gênero, de modo que as análises interseccionais necessitam de articulações decoloniais para compreender as vulnerabilidades desse público.

Scott (1990) indica que um dos desafios dos/as historiadores/as tem sido o de provar que as mulheres tiveram uma história e participaram das revoltas políticas da civilização ocidental. Scott (1990) sustenta que o gênero deve ser utilizado como categoria analítica, ou seja, entender que o gênero possui historicamente relações sociais fundamentais que podem ser consideradas para conhecimento de um objeto de estudo em seus aspectos gerais.

Em verdade, inserir a categoria analítica gênero nos estudos das humanidades, em primeiro momento, significa uma forma de tornar as mulheres visíveis e indicar a participação ativa delas em determinados contextos, de modo a desconstruir ideias universalistas, totalizantes e marcadas de supostas neutralidades que pouco contribuem para a análise de suas especificidades.

Pode-se dizer que as apreensões de Joan Scott não se restringem somente aos estudos históricos; alcançam a análise acerca de determinadas temáticas, como é o caso dos estudos migratórios. Introduzir a categoria gênero nos estudos migratórios, então, significa reconhecer que as migrantes têm uma história.

Nos apontamentos de Bassanezi (2013), há uma nova configuração a partir dos anos 1980 nas migrações internacionais em muito proporcionada pela globalização, que integrou mercados econômico-financeiros, padronizou sistemas de produção, transporte e comunicação e facilitou a movimentação pelo mundo, quadro este em que as mulheres aumentaram significativamente a sua participação e feminizam as migrações.

Marinucci (2007) afirma que para compreender o fenômeno da feminização das migrações, deve se ter em mente três tendências que marcam esse processo: a) a feminização é interpretada como aumento numérico das mulheres migrantes; b) há mudança do enfoque analítico dos fenômenos migratórios, diante da inclusão do enfoque de gênero; e c) a transformação do perfil da mulher migrante.

Quanto ao aspecto quantitativo, Dutra (2017) afirma que dados da década de 1960 já evidenciavam que as mulheres migravam em percentual muito semelhante aos homens. Porém, há estudos que indicam que desde os 30 do século XX as mulheres representavam a maior dos fluxos migratórios para a América do Norte.

Quanto à questão do enfoque de gênero, Assis (2017) afirma que abordar as questões de gênero nos estudos migratórios consiste em olhar os movimentos populacionais e problematizar como as trajetórias de homens e mulheres têm sido narradas – e tradicionalmente foram narradas invisibilizando as experiências das mulheres muito em razão de que a perspectiva teórica tradicional a partir da qual se estudava as migrações internacionais não analisava as questões de gênero e étnico-raciais.

De igual modo, deve-se destacar a mudança do perfil da mulher migrante. No início do século XX, a migração feminina era caracterizada por mulheres que buscavam a reunião familiar, uma vez que o parceiro já havia migrado anteriormente ou migrava acompanhada deste. Com a chegada dos anos 1980, a integração dos mercados econômico-financeiros, a padronização dos sistemas de produção, transporte e comunicação com alta tecnologia facilitou e mudou as características de movimentação das pessoas ao redor do mundo (BASSANEZI, 2013). Assim, ainda que a mobilidade para fins de reunião familiar continue existindo, cresce cada vez o número de mulheres por razões de trabalho e até mesmo fuga de situações opressivas (MARINUCCI, 2007). Então, no século XXI, as migrantes que buscam sair da condição de sub/desempregadas, continuam se deslocando, dessa vez não somente para o Norte Global e se inserem, principalmente, em atividades do setor de serviços domésticos, de cuidados e no trabalho sexual (DUTRA, 2017).

Entretanto, a ideia de “mulher imigrante” também não está desprovida de ideias universalistas e neutras. Pelo contrário, assumir a ideia de “mulher imigrante” é desconsiderar as diferenças entre as mulheres que protagonizam as migrações, principalmente no que tange a raça e classe, pois, essa “imigrante universal” em nada se diferencia do sujeito “mulher universal” tão criticado por feministas negras: as mulheres brancas vistas como a representação universal do que é ser mulher.

Oyèrónké Oyěwùmí (2004) alerta para a colocação da categoria analítica gênero sob outra perspectiva. Certamente, o gênero se tornou uma das categorias analíticas mais importantes em descrever o mundo e prescrever soluções para os problemas com origem no patriarcado e em compreender a subordinação e opressão das mulheres ao redor do globo. Porém, os estudos das feministas que circundam unicamente essa categoria analítica representaram os problemas e experiências de mulheres euro-americanas e tornam a categoria “mulher” e a subordinação desse grupo enquanto universais.

Nessa linha de ideias, Oyěwùmí (2004) defende ser essencial assumir a postura, tal qual estudiosas afro-americanas, de promover análises sobre múltiplas formas de opressão, que ocorrem de forma concomitante com a opressão de gênero, a exemplo, classe, raça, contextos imperialistas, coloniais e de outras formas locais e globais de estratificação.

Portanto, de modo a desconstruir a ideia de “mulher imigrante universal”, propõe-se trazer uma categoria analítica capaz de relacionar e possibilitar atravessamentos entre múltiplas formas de opressão: a interseccionalidade.

Nesse sentido, questiona-se: o que as imigrantes venezuelanas e guianenses na fronteira de Boa Vista no Estado de Roraima que se encontram no mercado de trabalho informal ou no trabalho doméstico (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010); as trabalhadoras domésticas das Filipinas no Canadá e nos Estados Unidos (PAUL, 2015) e as migrantes nigerianas para os Estados Unidos narradas nos livros de Chimamanda Adichie têm em comum? Todas são migrantes do Sul Global e representam o atual cenário migratório mundial de Migrações Sul-Norte e Sul-Sul.

Assim, para adequadamente refletir sobre a sua trajetória e de tantas mulheres em contextos de Migrações Sul-Norte e Sul-Sul, necessário trazer ferramentas analíticas que possam melhor proporcionar essas reflexões. Kimberlé Crenshaw (2002) de forma bastante perspicaz apontou que as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos excludentes, porém, tais aspectos não eram apreciados nas discussões sobre a proteção dos direitos humanos das mulheres. Logo, defendeu a estudiosa a necessidade de se proteger, sim, os direitos humanos baseados no gênero, mas dar atenção a como o gênero se intersecta com outras identidades e como essas intersecções são determinantes na contribuição de vulnerabilidades particulares de diferentes grupos de mulheres.

Sendo assim, ao conceituar interseccionalidade, Crenshaw (2002) pontua ser uma conceituação de problemas de gênero em que se busca verificar como os atravessamentos entre racismo, o patriarcalismo, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições de mulheres a depender de suas raças, etnias, classes e outras categorias de diferenciação.

Logo, trazer essa ferramenta analítica que é a interseccionalidade se revela não apenas útil como essencial para avaliar as diferenças intragrupo quando se discutem problemas de gênero, principalmente em se tratando de mulheres migrantes. É uma impropriedade tratar o grupo de mulheres em situação migratória como se fosse uma massa humana homogênea e universalizável como se apenas a categoria gênero fosse suficiente para explicar as dinâmicas migratórias que atualmente são múltiplas.

Nos apontamentos de Oyěwùmí (2004), gênero é uma categoria analítica de construção ocidental e é incapaz de compreender uma dinâmica de atravessamentos de eixos de subordinação, principalmente quando nestes eixos se inserem contextos de diferentes geografias de poder. Portanto, é imprescindível articular interseccionalidade com perspectivas decoloniais. Carla Akotirene chama atenção ao fato de que “[...] a interseccionalidade exige orientação geopolítica” (2019, p. 31).

Em razão disso, deve-se ter uma perspectiva crítica em relação ao significado geopolítico de “Sul global”. Aqui o conceito de *colonialidade do poder*, desenvolvido por Aníbal Quijano, se revela essencial. A colonialidade do poder para o autor peruano consiste em um produto do fim do colonialismo em que a modernidade ocidental europeia, além de não extinguir a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, manteve hierarquizações étnico-raciais entre populações e incentivou a formação de estados-nação na periferia do capitalismo (QUIJANO, 2005). A colonialidade do poder, então, representa um padrão mundial de relações sociais de exploração, dominação e conflito.

A colonialidade do poder também se volta a controlar o sexo e seus produtos, principalmente a reprodução da espécie. Cria subjetividades, também, inclusive o conhecimento, sustentando-se na ideia de raça, que reorganiza relações sociais de superioridade e inferioridade estabelecidas com uso da dominação (QUIJANO, 2005).

O conceito de colonialidade do poder é resgatado por feministas decoloniais como María Lugones (2020), a qual aponta ser a ideia de colonialidade do poder uma perspectiva interseccional, ainda que realizada em termos estruturais amplos. Nessa linha de ideias, Lugones (2020) pontua que as mulheres não-brancas e racializadas são vítimas da colonialidade do poder, mas também são vítimas de uma *colonialidade de gênero*.

As mulheres colonizadas, das quais descendem as migrantes do Sul-Global, não eram consideradas mulheres. Partindo da premissa de Oyěwùmí (2004), Lugones (2020) pontua ser o gênero uma relação humana entre o homem branco europeu possuidor de direitos e a sua companheira, mulher branca responsável pela reprodução da espécie. O status de “mulher”, portanto, não foi estendido às mulheres colonizadas. O gênero na ideia de colonialidade de gênero e poder de Quijano para Lugones (2020) se conforma o significado hegemônico de gênero. Por isso, o universalismo do termo “mulher” revela uma aliança com a colonialidade.

Da colonialidade de gênero, decorre que as mulheres não-brancas e racializadas não são consideradas mulheres no Ocidente. São animalizadas, subordinadas e se inserem em uma série de (não) espaços, marcados pela exclusão social. Assim, as migrantes do Sul Global, carregam não apenas a sua nacionalidade estrangeira, mas a marca da colonialidade do poder e do gênero, o que potencializa a sua vulnerabilidade.

Sendo o estudo sobre as migrações femininas bastante diverso, compreender tal fenômeno somente com a lupa da categoria analítica gênero se mostra insuficiente, pois, é incapaz de ressaltar as diferenças intragrupo, bem como não destaca as múltiplas opressões que ocorrem de forma concomitante ao gênero. Sem falar que sendo o gênero produto ocidental da colonialidade do poder, não foi pensado para as experiências das mulheres não-brancas e racializadas e é inadequado para a análise das mobilidades transnacionais dessas mulheres, principalmente quando oriundas do Sul Global.

Ressalta-se: não se intenta abandonar totalmente o gênero enquanto categoria analítica, mas se busca complementá-lo, por meio da ferramenta analítica da interseccionalidade de modo a compreender as simultâneas formas de opressão às mulheres migrantes que variam conforme determinados locais e contextos. E, com articulações decoloniais, intenta-se refletir sobre a forma como o gênero foi construído, para quem e quais experiências quer evidenciar e ocultar.

**Referências**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Gênero. In: CAVALCANTI, Leonardo ... [et al.], (org). **Dicionário crítico das migrações internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017, p. 347-354.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2013, p. 169-193.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista Estudos Feministas.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DUTRA, Delia. Feminização das Migrações. In: CAVALCANTI, Leonardo ... [et al.], (org). **Dicionário crítico das migrações internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017, p. 325-327.

MARINUCCI, Roberto. Femization of Migration? In: **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 29, p. 5-22, 2007.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: VAREJÃO, Adriana ... [et al.]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 53-83.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: VAREJÃO, Adriana ... [et al.]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 85-95.

PAUL, Anju Mary. Capital and mobility in the stepwise international migrations of Filipino migrant domestic workers. In: **Migration studies**. Vol. 3, n. 3, p. 438-459, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismos e América Latina. In LANDER

(E.) (ed.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-**

**americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). 2005, p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\_Quijano.pdf Acesso em 08/10/2020.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. Migração, Gênero e Empoderamento das Migrantes na Pan-Amazônia. In: **Revista Textos & Debates**. Boa Vista, vol. 18, jan./jun., p. 326-353, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. vol. 15, n. 2, jul. dez., p. 71-99, 1990.